

Opinião

(In) Flexibilidade

O "esforço concentrado" que o Congresso Nacional iniciou na última terça-feira (4), com término previsto para o dia 15, quando começa o recesso parlamentar, inclui entre outros temas a explosiva política salarial. Explosiva porque se o Congresso votar pela indexação (correção dos salários pelo índice de inflação do mês anterior), o Plano Collor entrará em parafuso de vez, já que a base de sua montagem é incompatível com a indexação. Explosiva também porque se faltar o sonhado acordo entre trabalhadores, empresários e governo na mesa de negociações do chamado pacto nacional, capital e trabalho fatalmente buscarão o entendimento paralelo, entre sindicatos, o que pode obrigar o governo a apertar o acelerador da recessão, colocando em xeque a já precária estabilidade econômica do País.

Não se deve esquecer que o presidente Collor tem poder de veto e, caso passe a proposta da indexação salarial no Congresso, ele poderá derrubá-la através desse dispositivo governamental. Tal procedimento, no entanto, se de um lado preservará o plano econômico do confronto direto com um de seus maiores inimigos, do outro jogará o governo na linha do choque imediato com a classe trabalhadora. Ou alguém duvida que os trabalhadores, alimentada a esperança de reaver o que perderam com a inflação, vão abrir um breteiro sem precedentes, ameaçando com greves igualmente prejudiciais ao interesse da economia?

Neste caso, só restaria ao governo reformar a política recessiva, pela qual a ameaça do desemprego em massa segura os movimentos de protesto. Mesmo assim, o plano continuaria correndo perigo, porque o empresariado - e a cultura econômica brasileira indica isso - sem ganhos estimuladores na produção, poderiam muito

Alerta argentino

Quem acompanha os bastidores dos quartéis no Brasil não afasta em hipótese alguma que, por aqui, surjam rebeliões militares como as ocorridas segunda-feira na Argentina. A diferença é que a elite argentina está mais consciente do perigo de colapso da sua democracia, provocado por uma insurreição armada - os iluminados brasileiros passam a impressão de que vivem nas nuvens.

Há uma série de diferenças históricas entre as Forças Armadas de Brasil e Argentina - lá, as feridas do processo ditatorial ainda não foram cicatrizadas, por exemplo. O problema é que o ambiente de deterioração social, afetando inclusive os salários dos militares de ambos os países, dissemina a miséria e o desencanto político. Serve, portanto, de combustível ideal para movimentar aventuras autoritárias de "direita" ou "esquerda".

É óbvio que a democracia apenas se solidifica quando apresenta resultados concretos no dia-a-dia da população, gerando mais empregos, melhores salários, aprimorando as condições de saúde, habitação

e educação. Suponha-se que a Argentina estivesse crescendo 5% ao ano e a inflação não passasse de 20% em 12 meses, abrindo espaço para investimentos sociais. Seria várias vezes mais difícil que as loucuras autoritárias dos "carapintadas" ganhassem as ruas. O clima de ebulição nos quartéis brasileiros devido às reivindicações salariais é elevado, mas por enquanto está muito longe do argentino. É mais um ingrediente, porém, do quadro de instabilidade nacional, marcado pelo crescente isolamento do presidente Fernando Collor de Mello. Como pano de fundo, desenham-se atritos entre empresários e trabalhadores, aflitos com a inflação alta e indicações palpáveis de uma imensa leva de desemprego.

Essa mistura é trilha fácil para conflitos sociais violentos - algo, aliás, previsto em conversas informais de oficiais do Alto Comando do Exército. Por essa mesma trilha, abre-se passagem para os ânimos exaltados de militares, presos à obsessão da segurança nacional.

Gilberto Dimenstein, jornalista

Transparência

O entendimento é o seguinte: não vai dar para repor a perda dos salários, e nem dá para falar em estabilidade de emprego. Porém, fica acertado que uma parte do lucro é seu, certo? Ah, você não participou dos resultados durante o mês de dezembro e nem nos meses anteriores? Não faz mal, não. Agora vem 91, que vai ser uma delícia de ano. Se der prejuízo, fica valendo o entendimento. Quando começar a dar lucro de novo, voltamos a discutir os critérios...

É proposta para dar água na boca de qualquer trabalhador, como veremos no final. Em 1985 fizemos o 1º Fórum de Participação nos Lucros. Era abertamente considerado coisa de empresário comunista. Falar em distribuir lucros esbranquiçava cabelo de qualquer executivo. Havia meia dúzia de empresas que tinham o sistema em vigor. Era época de lucro, e ninguém queria ouvir falar em "dar ao trabalhador o que não era obrigatório".

Bene, bene. O mundo gira e a lusitana roda. Desesperados pela recessão, encarando concordatas e desemprego, aparece milagrosamente a solução: a harmonia colecionista de capital e trabalho, através do compartilhamento do pão nosso de cada dia. Coisa de fazer a CNBB corar. Por que a repentina reviravolta? Por que a compreensão instantânea dos méritos dum sistema que está em discussão no mundo há mais de cem anos? Tem coisa aí...

Ponto número um: os estudos que comparam o desempe-

nho das empresas que têm participação nos lucros com as que não têm indicam que esse fator sozinho não indica diferenças importantes. Dois: distribuição isolada de lucros é ineficaz e autodestruidora se não coroar uma ampla gama de instrumentos de participação. Três: o sistema pressupõe alto índice de credibilidade mútua entre o empresário e o trabalhador, já que o balanço levantado pelo empresário é a base para se fazer a distribuição, e não costuma incluir o caixa vivo.

Abaixo do Equador, as coisas tendem a se inverter. Assim, o Programa de Qualidade e Produtividade do governo deveria se chamar Qualidade Ontem, já que o resultado que se espera no final do programa é o que a ministra está reclamando para esta semana. Já disse o Dr. Mindlin, que teve a oportunidade de mostrar uma empresa de Primeiro Mundo a ela, que, pasmem, não foi criada por decreto, mas que pode ser extinta assim.

O mesmo é verdade para a participação dos lucros que vem de cima para baixo. Se não há participação na gestão, se não há abertura dos números, a distribuição dos lucros é natimorta. É recomendável que se programe uma segunda cerimônia sete dias após o lançamento deste ovo de Colombo.

Ricardo Frank Semler, empresário e pós-graduado pela Universidade de Harvard (EUA) e autor do livro "Virando a própria mesa".

Alça de Mira

Eleição

Na sessão marcada para a próxima segunda-feira (10), a Câmara Municipal de Campo Largo vai eleger sua Mesa Diretora para um período de dois anos. Despontam como nome de consenso para presidir o Legislativo campo-larguense o vereador Darci Andreassa. A sessão do dia 10 será a última da atual legislatura, pois em seguida começa o recesso parlamentar, que se estenderá até 15 de fevereiro de 1991.

Regimento interno

A Câmara Municipal aprovou resoluções que adaptam o regimento interno do Legislativo à nova Lei Orgânica de Campo Largo. Entre as resoluções, destaca-se a que regulamenta a tribuna popular, a que estabelece um máximo de duas votações e a que dá direito às comissões de aprovar projetos sem a necessidade do aval do plenário.

A comissão encarregada da reformulação do regimento interno esteve formada pelos vereadores Emílio Pianaro (presidente), Sebastião Moreira (relator), Clementino Basso, Juarez Buttore e Ary Ribasom.

Direitos da Criança

O projeto de lei 045/90, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, foi encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social para apreciação. O projeto regulamenta, no âmbito do município, o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado pelo presidente Fernando Collor de Mello e aprovado pelo Congresso Nacional.

Utilidade pública

O projeto de lei 012/90, que declara de utilidade pública o Centro de Criadores de Canários de Campo Largo, e o projeto 015/90, que declara de utilidade pública a Sociedade Filatélica e Numismática de Campo Largo, ambos de autoria do Legislativo, foram aprovados na sessão de segunda-feira (3).

Frete de oposição

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, é contra a formação de uma frente de oposição ao governo Collor. Segundo Lula, fora Leonel Brizola, os demais governadores eleitos passarão a ser compadres do governo no dia seguinte ao da posse.

Subproduto

O deputado Delfim Netto, do PDS de São Paulo e líder do partido na Câmara Federal, vem repetindo para quem quiser ouvir que o objetivo do desenvolvimento e não promover recessão.

"Acabar com a inflação é um passo nesta direção. Floptriste quando vejo as autoridades monetárias transformarem a recessão em seu objetivo. A recessão é um subproduto indesejado e inevitável de uma política de combate à inflação, mas não é objetivo", dispara.

Inflação

A inflação oficial brasileira de novembro bateu nos 16,64%. Enquanto isso, nos 12 países da Comunidade Econômica Européia os preços aumentaram, em média, 0,7% em outubro. Em um ano, a inflação acumulada é de 6,3%. Isso significa que a inflação anual na Europa representa 37,86% da inflação mensal brasileira.

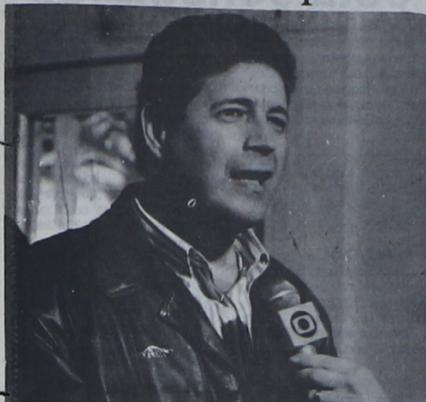
Prefixação

Trabalhadores e empresários propuseram ao governo, na reunião do pacto social realizada terça-feira (4), prefixação de preços e salários, abono salarial ainda este mês e redução das taxas de juros, entre outros pontos. O governo ficou de oferecer uma resposta até segunda-feira (10).

Outro projeto, o "Bom Emprego", é destinado à agroin-

Em relação à prefixação, cabe lembrar que as empresas poderão reajustar suas tabelas pelo índice prefixado, tão logo ele seja anunciado. Já os salários só serão corrigidos no final do mês, pelo mesmo índice, depois de 30 dias com preços reajustados prefixadamente.

Requião promete apoio às pequenas empresas



Requião pretende isentar microempresas de tributos.

O governador eleito do Paraná, Roberto Requião, pretende isentar de "todo e qualquer tributo", por quatro anos, as micro e pequenas empresas urbanas e rurais do Estado, numa tentativa de conter os efeitos da recessão. Requião, segundo sua assessoria, não vai realizar obras de "médio e grande porte", que absorvam mão-de-obra desempregada. Vai apenas concluir as que estão em andamento.

Pela proposta de isenção, as empresas seria exigida apenas uma comunicação à Receita Estadual sobre suas atividades. Sem se preocupar com o pagamento de ICMS, que na maioria das vezes não é realmente recolhido por essas empresas, as micro e pequenas poderão ser formadas tanto por desempregados que dominam atividades "mais simples como poderão se expandir, com a contratação da mão-de-obra despejada no mercado.

Outro projeto, o "Bom Emprego", é destinado à agroin-

Em relação à prefixação, cabe lembrar que as empresas poderão reajustar suas tabelas pelo índice prefixado, tão logo ele seja anunciado. Já os salários só serão corrigidos no final do mês, pelo mesmo índice, depois de 30 dias com preços reajustados prefixadamente.

Empresários devem cooperar mais

Os empresários e os trabalhadores de São Paulo, pelo menos nos setores mais avançados da economia paulista, já começaram negociações com o objetivo de equacionar parte de seus problemas de salários e lucros. Carro-chefe do setor produtivo nacional, o grande Estado do Sudeste possui cafe para bancar políticas econômicas próprias, embora isso não seja aconselhável em uma nação federativa, pela atração que atitudes dessa ordem exercem sobre os demais Estados, a maior parte deles impossibilitada de sustentar programas semelhantes.

Em um país das dimensões do Brasil, de matizes econômicos tão díspares de uma região para outra, sempre cabe ao governo ditar os rumos aos agentes econômicos. No caso do governo Collor, esse ditar de rumos vem sendo contestado - menos do que na época de Sarney, por certo, mais ainda assim contestado.

O governo não admite revisar seu plano econômico; os empresários aceitam dar aumento de salários desde que possam repassar os custos aos preços das mercadorias; e os trabalhadores não querem nem ouvir falar em novas perdas em sua capacidade de compra. Uma sinuca de bico como se observa. Enquanto isso, o nível de vida do brasileiro vai se deteriorando, adubando o terreno da hipermarginalidade e hiperviolência. Na sua opinião, o que o governo, empresários e trabalhadores deveriam fazer neste momento?

Roberto Requião, assume o governo do Estado com uma dívida de US\$ 1,3 bilhão junto ao Bird, BID, BNDES e CEF, com prazo médio de 17 anos de pagamento. Nos quatro anos de seu governo, deverá pagar, conforme contratos, 32% dessa dívida.

O Paraná vem apresentando queda na arrecadação nos últimos meses. Só em novembro, a redução foi de 17% ou Cr\$ 3 bilhões, segundo o diretor-geral da Secretaria da Fazenda, David Guérios.

Liege Fuentes



"A verdade é que o governo apenas prometeu diminuir suas despesas e até agora não cumpriu. O problema acabou recaindo sobre as empresas e, consequentemente, sobre os trabalhadores. Acho que o governo deveria ver a realidade de todos e não apenas reunir-se em Brasília somente com os grandes empresários. Além disso, deveria investir mais na agricultura e indústria com a finalidade de gerar mais empregos. Outro problema é a política de juros altos que não fornece condições de produção à população". (Rogério Antonio Bot, empresário).

Índices inflacionários. Hoje, tirar da cabeça dos empresários essa necessidade de grandes lucros não vai ser fácil". (José Oquirino dos Santos, empresário).



"O Plano Collor foi realmente péssimo para o País. Eu, particularmente, que trabalho no comércio, e outros proprietários de grandes firmas, estamos sentindo bastante o problema. O que de melhor poderia ser feito seria estipular um salário mínimo de vinte mil cruzeiros. Além disso, deveria ser revista a política de juros bancários, que estão bastante altos". (José Roberto Andreassa, comerciante).

uma melhor política fiscal, para que o grande capital possa pagar os impostos devidos ao governo. Ainda, a longo prazo, um maior investimento em educação e tecnologia". (João Ellisio Stochi, dentista).



"A questão dos salários e mesmo a inflação do País estão nas mãos dos empresários, que têm que aprender a ganhar menos. Nesses anos todos eles aprenderam a conviver com a inflação e aproveitaram-se dela para aumentar o preço dos produtos e, consequentemente, os seus lucros. Os salários, ao contrário, eram estipulados sempre abaixo dos reais

próprios. Em parte, o Plano Collor deu certo, mas por outro lado prejudicou bastante os trabalhadores, aposentados e toda população de baixa renda". (Margareth Sávio, funcionária pública).



"Encontrar a melhor solução para o problema dos empresários e trabalhadores é a parte mais difícil do plano. Na verdade, ninguém sabe ao certo qual a resposta. Na minha opinião, vai demorar ainda muito tempo para que haja um consenso, para que todos se conscientizem da necessidade de retenção nos seus lucros. A etapa mais difícil é a do empresário aprender a ganhar menos". (João Miquelotto, comerciante).



"Os empresários, visando apenas os seus próprios lucros, contribuem para que o plano econômico do presidente Col-

lor não dê resultado. Não existe cooperação, não há preocupação com o ser humano e todos lutam em favor de causas



trabalhadores, aposentados e toda população de baixa renda". (Margareth Sávio, funcionária pública).

uma melhor política fiscal, para que o grande capital possa pagar os impostos devidos ao governo. Ainda, a longo prazo, um maior investimento em educação e tecnologia". (João Ellisio Stochi, dentista).

EXPEDIENTE

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-Presidente: Germano de Oliveira; Editor: Inácio Alfonsin Panzani; Diretora de Redação: Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Ares Gráficas Ideias Novas Ltda. Rua XV de Novembro, 2190 Galeria Virgínia, loja 202 Telefone (041) 392-1331 Campo Largo-Paraná

Composição e past-up: Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda

Fotolito e Impressão: Jornal Indústria & Comércio Rua Comendador Araújo, 26 Telefone (041) 224-7011.

Frases

"Hoje as exigências da sociedade são mais profundas. Já não basta ser de oposição". (Governador Alvaro Dias, referindo-se à necessidade de o PMDB se reciclar e formular um projeto para o País).

"Não sei se o Quêrcia e o Maluf serão candidatos a presidente da República, em 94, mas se forem São Paulo valerá zero". (Delfim Netto, líder do PDS na Câmara dos Deputados).

"O PMDB deve ser oposição responsável, preocupada em não conduzir o País à ingovernabilidade". (Tarcísio Delgado, secretário-geral do PMDB e deputado federal eleito por Minas Gerais).

HORÁRIO COMERCIAL PERÍODO NATALINO

PERÍODO: 03/12 a 24/12/90
DIAS ÚTEIS: Das 8:00 às 20:00 horas
SÁBADOS: Das 8:00 às 18:00 horas
DIAS 24/12/90: véspera de Natal até às 18:00 horas
Aos domingos: Fechado
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO LARGO



CASA SANTO ANTONIO

No mês de Dezembro está dando 20% de desconto em todas as Compras.
Praça Getúlio Vargas, 2429
Em frente ao antigo fórum CAMPO LARGO - PR.

Tok Time Jóias e Relógios

"O SEU NATAL NA HORA CERTA"

Advertisement for Tok Time jewelry featuring various watches: Relógio Orient Quartz Cr\$ 6.083,00; Relógio Eska Quartz Cr\$ 4.123,00; Relógio Condor Digital Cr\$ 2.152,00; Relógio Champion 7 Pulseiras Cr\$ 2.985,00; Relógio Infantil Mickey da Champion Cr\$ 3.583,00.

TOK TIME Galeria Virgínia sala 203.

LOJAS LAURITA

"Este pode ser o Natal dos seus sonhos"

Quem compra na Laurita concorre a um Fiat Uno Mille zero e desfruta as vantagens dos menores preços.

Advertisement for toys and games: Balde Lego 53 peças Cr\$ 4.520,00; Piano "Mãe eu Quero" Cr\$ 1.431,00; Dr. Trata-Dentes Super Massa Estrela Cr\$ 3.182,00.

Dr. Trata Dentes Super Massa Estrela Cr\$ 3.182,00
LOJAS LAURITA - Rua D. Pedro II, 949
FONE 292-2634